



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada Expressões do serviço social crítico e radical nos EUA, Inglaterra e Espanha (1960 a 1980).

SERVIÇO SOCIAL NA ESPANHA E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO AMERICANO: NOVAS TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL

ROSANA MATOS-SILVEIRA¹
MIGUEL ÀNGEL OLIVER PERELLÓ²
RAFAELA SOUZA REIS AGUIAR³
THAYNÁ DA COSTA MACHADO⁴
ANDREZA CAROLINE DE ATAÍDES⁵

Resumo: Os movimentos contestatórios experimentados pelo Serviço Social em Espanha no período de 1960/1980, mantêm relação indissociável com o movimento macrosocietário interno da sociedade espanhola, e externamente, a partir do ingresso do Estado Espanhol nos mecanismos de políticas internacionais desenvolvidos especialmente pelos Estados Unidos, desde os anos de 1950. Neste período, o Movimento de Reconceituação Latinoamericano foi conhecido entre os assistentes sociais espanhóis, mas sua influência não se generalizou, aparecendo em segmentos da profissão com posições politizadas mais progressistas, ora reconhecendo sua importância, ora buscando uma produção teórica a e interventiva da profissão adaptada à realidade espanhola.

Palavras-chave: Movimento de Reconceituação; Trabalho Social em Espanha; Movimentos Contestatórios; Agente de Cambio; Análise Crítica.

Resumen: Los movimientos contestatarios experimentados por el Trabajo Social en España en el período 1960-1980, mantienen una relación indisoluble con el movimiento macrosocietario interno de la sociedad española, y externamente, a partir del ingreso del Estado español en los mecanismos de políticas internacionales desarrollados especialmente por los Estados Unidos, desde los años 1950. En este período, el Movimiento de Reconciliación Latinoamericana fue conocido entre los trabajadores sociales españoles, pero su influencia no se generalizó, apareciendo en segmentos de la profesión con posiciones politizadas más progresistas, ora reconociendo su importancia, ahora buscando una producción teórica y la intervención de la profesión adaptada a la realidad española.

Palabras-clave: Movimiento de Reconocimiento; Trabajo Social en España; Movimientos Contestatarios; Agente de Cambio; Análisis Crítico.

INTRODUÇÃO

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidad de Granada. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidad Islas Baleares.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto.

No presente artigo⁶ apresentamos resultados da pesquisa em andamento *Memórias e Documentos dos movimentos de protesto do Serviço Social na Espanha no período de 1960/1980*⁷. Nossa pesquisa se inscreve no contexto dos movimentos de protestos e contestações que estiveram presentes nestas décadas em diferentes partes do mundo. Particularmente na América Latina, o tom destas lutas vinculava-se as perspectivas anti-imperialista, um tempo de "terremoto econômico-social, político e ideológico e cultural", que se cruzavam com as demandas de mulheres, negros e jovens. Este fenômeno internacional é considerado como um dos elementos que causaram a precipitação da erosão do Serviço Social tradicional na América Latina (PAULO NETTO, 1996, p.142-143), culminando com o Movimento Reconceituação.

Investigamos se os movimentos de protestos ocorreram na realidade espanhola e se tiveram impacto na profissão: se o Serviço Social na Espanha experimentou uma crise a ponto de levá-lo a questionar e refletir sobre as práticas e a formação profissionais que até então aí se desenvolvia. Enfim, buscamos verificar se ocorreu alguma interlocução, neste período, com o Movimento de Reconceituação Latinoamericano.

Ander-Egg (1982) afirma que o Movimento de Reconceituação – MRLA - teve uma incidência maior na Espanha do que em Portugal. Na verdade, a influência da MRLA apesar de não ter se generalizado no Serviço Social espanhol significou, durante os anos 1970, uma intensa busca por auto definição e reconhecimento profissional em um contexto em que a democracia espanhola herdava da ditadura franquista um grande atraso econômico, social, político e cultural (ZAMANILLO, 1987, MATOS-SILVEIRA, 2013).

Objetivamos resgatar e analisar criticamente como foi este processo, a partir dos determinantes sócio históricos do desenvolvimento da profissão na sociedade capitalista, (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). A profissão *está* aqui, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, na sociabilidade capitalista:

⁶Este trabalho é a versão em português revisada e ampliada dos resultados preliminares da investigação em curso apresentada na Revista Em Pauta, número 40 de 2018. Aqui, aprofundamos dados da década 1970-1980, e a entrevista realizada em fevereiro de 2018 com a assistente social Rosa Domenech.

⁷ Esta pesquisa está integrada ao projeto O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória, coordenadas pelas professoras, Dra. Marilda Villela Iamamoto e Dra. Cláudia Mônica dos Santos, com financiamento do CNPq / Brasil

Responde às demandas de capital e trabalho e só pode fortalecer um ou outro caminho através de sua mediação. Participa de ambos os mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, responde às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.81).

Nesta fase da investigação recorreremos a duas frentes aproximação a realidade a ser pesquisada: uma bibliográfica, sobre a realidade sócio histórica do período franquista, as lutas e resistências da classe trabalhadora, sobre os movimentos rebeldes e a "transição democrática", da década de 70, através de artigos e relatórios produzidos pelos Congressos e Conferências de Assistentes Sociais que se iniciaram na década de 1960 e que são particularmente importantes nos anos 70 com a crise da profissão. Destes se destacam especialmente, o *Seminario de Manresa (1971)*, *Seminario de Los Negrales (1972)*, a *VI Jornada de Levante em 1975*; a *Revista de Treball Social (do Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya)*, cujo primeiro número remonta ao ano de 1969 e que representa uma boa amostra das reflexões sobre o Serviço Social e as preocupações que se deslocaram em torno do mesmo no momento a que nos referimos. Consultamos também as obras, el *Método Básico de Trabajo Social (1973)* e *El Trabajo Social que yo he vivido (2009)*, ambas de Monserrat Colomer. A outra frente de aproximação ao tema em tela foi através da realização de seis entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais que viveram e participaram ativamente desse período da história do Serviço Social na Espanha.

Este trabalho está organizado em duas partes: na primeira, apresentamos o contexto sociopolítico da sociedade espanhola dos anos 60 a 1989, e segunda parte, analisamos e aprofundamos alguns achados sobre o Serviço Social na Espanha neste período.

1. ESPANHA NOS ANOS 1960-1980: FRANQUISMO EM CRISE E “TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA”

A Espanha viveu a partir do final dos anos 60 uma crise crescente da ditadura de Franco. O Estado ditatorial (1939) erguido da oposição às expectativas de profundas mudanças da segunda-república (1931), apresentou nos anos de 1950 elementos importantes de desacordos entre: as classes

dominantes, com as velhas oligarquias, a Igreja Católica e com Franco na frente, que mantiveram escalada de violência fascista em uma Espanha isolada da Europa e do mundo ocidental. A ditadura de Franco foi apoiada sob o domínio do exército como garantia da ordem, religião, propriedade e unidade nacional como valores e estratégias de coerção e coesão da sociedade espanhola (MUNIESA, 2005). No entanto, isso não impediu a existência de lutas e resistências dos setores mais militantes do movimento operário (MATTOS e VEGA, 2014), que se tornou o inimigo mais temido das forças contrarrevolucionárias. O chamado Sindicato Vertical - também chamado de Organização Sindical Espanhola – OSE, foi o único sindicato legal autorizado em Espanha durante o período 1940-1977, já que os sindicatos CNT ou UGT passaram a clandestinidade com o início da ditadura, em um processo de esvaziamento da luta de classes. O nazismo alemão e fascismo italiano estiveram imbricados com o franquismo e foi proibido qualquer outra organização dos trabalhadores.

Mas é nos anos 50 em Barcelona, núcleo central da indústria espanhola, que ocorre a primeira manifestação popular contra Franco. Na Catalunha, uma das áreas mais ricas, a burguesia esclarecida manteve-se, em grande parte, grandes distâncias com o regime; com uma cultura ideológica nacionalista catalã forte, muitas vezes apoiados por frações mais progressistas da Igreja Católica (OLIVER, 2012).

A greve dos eléctricos em 1951 foi o início do movimento grevista (proibidos pelo regime), o que levou à greve geral, e, em 1956, a turbulência nas universidades com a Sindicato Español Universitario (SEU), tendo o governo adotado uma " repressão com moderação ", o que imprimiu certo movimento de saída do isolamento da Espanha com o mundo. Os anos de 1964-1968 é considerado o período de presença de movimentos rebeldes nas faculdades, e sua radicalização na universidade foi entre 1969-1975, com uma forte posição no movimento operário e na Universidade do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC, o ramo o PCE, na Catalunha, constituído como uma entidade independente), capaz de unir comunismo e o catalanismo (OLIVER, 2012, p. 96-99).

Quanto aos aspectos econômicos da Espanha, temos que desde o fim da guerra civil o país foi submetido a uma política econômica para a produção

nacional, focada exclusivamente no mercado interno. Espanha se encontrava atrasada social e economicamente, com uma população pobre, sem acesso aos direitos sociais, dependente da caridade e do assistencialismo (este organizado pelo regime de Franco, tendo a secção do partido Falange das mulheres o papel de administrá-la), em uma Europa Ocidental, onde o Estado de Bem-Estar Social estava sendo forjado. Essa situação de escassez econômica na Espanha levou a um processo imigratório dos espanhóis. Nos países industrializados da Europa, os créditos do Plano Marshall tinha sido um impulso significativo para as suas economias ao ponto de recorrer à força de trabalho de outros países, numa Europa recém-saída da segunda grande guerra. É importante notar que, naquela época, na Espanha, a emigração foi vista nos círculos oficiais positivamente como uma "válvula de segurança" que representava uma frente as tensões sociais causadas pelo desemprego, greves, etc. A este respeito, vale a pena recordar a criação em julho de 1956 do Instituto Espanhol de Emigração, a fim de promover e gerir os movimentos migratórios para a Europa. As remessas da emigração constituíram-se naquela época a segunda fonte em termos de receitas em divisas na balança de pagamentos (desde a primeira e naqueles anos em Espanha, turismo).

2. PROCESSOS DE MUDANÇA NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL EM ESPANHA

Se o Serviço Social na Espanha se expande desde o início, especialmente a partir dos anos 60, sua origem remonta ao período da segunda república. A primeira escola de Serviço Social em Espanha - *Escola d'Assistència Social per la Dona de Barcelona* -, surge em Barcelona em 1932, durante a segunda república, com influências da Escola de Serviço Social em Bruxelas (Bélgica), num contexto de secularização da sociedade espanhola e movimentos intensos da classe trabalhadora marcada pelo anarquismo. Dois anos após a criação da escola, e com a formação de 35 alunos nesse período, é organizado o *Associació d'Assistents Socials*. No livro de atas da associação, em junho de 1935, a ideia de criar uma revista dedicada à profissão, bem como a informação de que a escola havia sido financiada pela *Generalitat de*

Catalunya, já existe o reconhecimento oficial de títulos profissionais, um Escritório de Serviço Social para Barcelona foi organizado em abril de 1936 (FEU e RUBIOL, 2014).

Com o início da guerra civil em julho de 1936, todo esse processo ficou paralisado, ocorrendo o fechamento da escola e da associação. Será somente com o fim da guerra civil em 1939, quando as atividades escolares serão retomadas, que o curso foi reaberto, porém com outro nome: *Escuela de Formación para el Hogar y Obras Sociales Femeninas* (Escola de Formação para o Lar e para as Obras Sociais Femininas – tradução livre), e agora dependente da Junta Diocesana de Mulheres da Ação Católica. Segundo Feu & Rubiol (2014), a escola tornou-se subsidiária da Secretaria de Caridade Diocesana, com o apoio do bispado de Barcelona, sob a proteção da igreja. No decorrer desse processo, o nome é mudado para *aEscuela Católica de Enseñanza Social*. Em 1942, a associação retoma as atividades, constituindo uma Junta Provisória da associação, mas com o nome de *Secretariado d'Antigues Alumnes*. O Serviço Social na Espanha será desenvolvido ligado ao regime de Franco, ligado à Igreja Católica, à seção feminina do partido Falangista, e também às escolas patrocinadas pelo Opus Dei.

A década dos 60 pode ser considerada um momento de expansão da formação e trabalho profissional (em espaços privados ou empresas), e sua legitimidade formativa será dada pelos órgãos estatais, e com maior incremento na organização das associações de assistentes sociais espanholas. Em 1957 havia seis (06) escolas passando a 32 escolas de Assistentes Sociais em 1964, ano de reconhecimento dos estudos de graduação técnica pelo Estado (COLOMER, 2009).

Em 1974, Espanha contará com 42 escolas, embora sem reconhecimento universitário. Este período será precisamente marcado pelos debates que questionam e reivindicam a sua entrada e o reconhecimento do estudo nas universidades. Os eventos da categoria profissional contaram com a presença de expoentes latino-americanos como Ander-Egg, Kerman Kruse, Natalio Kisneram, e pelos brasileiros Paulo Freire e Nadir Kfoury. Esta última, tinha vindo para a Espanha em 1959, permanecendo por um período de um ano, durante o qual forneceu treinamento as professoras e profissionais, e destacando a necessidade de uma metodologia para o Serviço Social (Colomer

2009). Outro importante assistente social que teve impacto na profissão durante este período foi Marco Marchioni, um assistente social italiano que chegou à Espanha na década de 1960 promovendo o Serviço Social Comunitário.

2.1. Aprofundando nos dados da realidade das décadas de 1970-1980

Importante destacar o significativo esforço dos assistentes sociais na década 1970-1980, na busca por ampliar e atualizar seus conhecimentos, na direção de outras perspectivas teóricas que até então estavam presentes na profissão, sem grandes questionamentos. Segundo Domenech (1990) isto se devia a necessidade de afrontar as novas possibilidades que o esgotamento da ditadura pressagiava. Em uma recente entrevista, acrescenta ademais:

Tenemos que hablar diferente de los años sesenta y pico, de los años setenta y pico y de los años ochenta que es cuando estuvimos trabajando en los Ayuntamientos democráticos. El país iba hacia arriba, el país prosperaba y teníamos la suerte de que los asistentes sociales. (...) Estábamos colaborando con la social democracia y teníamos – como todo estaba por hacer - entrada en el país. A partir no de nuestro que-hacer político sino de nuestro que-hacer profesional, pero con el respaldo detrás de lo que era político (DOMENECH, 2018).

A “explosão democrática” que sacudiu Espanha depois do falecimento de Franco impulsionou nos assistentes sociais - que neste momento histórico vislumbravam uma clara oportunidade para abrir novas perspectiva no Serviço Social – avançar na consolidação de um novo marco teórico-legal profissional que pudesse orientar os novos campos que surgiam a partir de então e/ou resgatar campos relacionados como movimentos históricos anteriores.

García Bartolomé (1977) ao afirmar o exposto anteriormente acrescenta também que, neste momento, estes assistentes sociais queriam superar as práticas paternalistas, o apoliticismo e a neutralidade que invadia a profissão durante os largos anos de ditadura. Dentro do coletivo profissional se abriram dois debates: o primeiro, sobre a politização ou não do Serviço Social e o segundo sobre o significado sobre os novos campos de ação profissional. Neste sentido temos que no **campo do político** (entendido no sentido de organizações políticas formais): a importância da colaboração do profissional em alguns dos partidos políticos de cor democrática; conscientização política

de afiliados e participantes, estendendo-a a outros campos; a formação sociocultural dos mesmos e a implicação direta nas tarefas de organização da base militante. Se entende que uma ação profissional comprometida é política porque se orienta dialeticamente em direção à transformação do sistema estabelecido. No tocante ao **campo laboral e sindical**: mais frutífero por ser mais independente politicamente que o anterior. As funções dos assistentes sociais dentro das organizações sindicais industriais e campestres seriam: trabalho de conscientização dos afiliados, incentivo do sentido de solidariedade e de unidade como base do sindicato; colaboração com os dirigentes sindicais e com as assembleias de base com a finalidade de incentivar possíveis ações reivindicativas de tipo sócio urbanístico e cultural; estudo e toma de consciência dos problemas cívicos e comunitários a nível de assembleias e comissões, colaboração com os demais técnicos dos sindicatos (advogados, economistas, sociólogos, etc.) para o estudo e resolução de problemas sócio laborais próprios das pessoas sindicalizadas e seus familiares; trabalhos de animação sociocultural em geral dirigidos aos afiliados e familiares. E por último no **campo das unidades sociais de base** (Associações de vizinhos, Centros Cívico-Sociais, Grupos Sociais e Culturais, etc.), se considera como um dos campos mais amplos de intervenção, dentro da futura sociedade democrática, dinâmica e aberta que surgia em Espanha. O resgate da experiência nos bairros, a organização dos vizinhos e vizinhas poderia constituir-se um novo campo de trabalho para o assistente social considerando que *“lamentablemente después de la inercia provocada por la apatía de nuestra última historia haya perdido el sentimiento de ciudadanía, de hombres pertenecientes a una determinada unidad social de base, se llama municipio, barrio, o pueblo* (BARTOLOMÉ, 1977, p.31).

Segundo o supracitado autor a perspectiva futura para o campo socio-político do Serviço Social se fundamentava na importância de assumir uma “visión macro-estructural de los problemas” e de priorizar a dimensão ético-política profissional entendendo “política” como uma ação orientada “dialécticamente para la transformación del sistema establecido” (BARTOLOMÉ, 1977, p.30).

Contextualizando historicamente, é importante recordar que a década de sessenta até meados dos anos setenta, Espanha se caracterizava pela conflitividade social que segundo Fusi (1986, p.43), havia:

- Mobilizações contínuas onde qualquer ato público se convertia em expressões de oposição; a conflitividade chegou assim a conviver com o regime franquista;
- Extensão das mobilizações à setores da população que até então estavam à margem da participação política;
- Intensificação da repressão com condenações à morte, torturas, execuções e fuzilamentos como os ocorridos em setembro de 1975.
- Utilização do terrorismo como meio de realizar oposição (entre 1968 e 1975 foram produzidos 42 atentados).

Neste período produziu-se considerável incremento na conflitividade laboral (distinta da ocorrida nas décadas 1930-1950, levadas a cabo por camponeses e trabalhadores da construção). Graças à transformação econômica e social ocorrida em Espanha surgia a partir dos anos sessenta uma nova composição da classe obreira. Esta, segundo Mateos & Soto (1997, p. 44) *“abandona las tradiciones del pasado y, con la experiencia cotidiana que adquiere en los centros de trabalho, olvida las proposiciones de la revolución social que durante la República fueron el eje central de sus demandas”*. Ainda que distinguindo das lutas de seu curto passado republicano, a conflitividade laboral se estendia ao conjunto dos núcleos industriais, com greves generalizadas de âmbito local respondidas com uma forte repressão; ao mesmo tempo, as eleições sindicais de 1975 alimentavam este auge do movimento obreiro organizado.

A VI Conferência de Levante (1975), em Valência, denominada *“El Trabajo Social dentro del proceso de cambio”* caracterizou-se por posições consideravelmente mais críticas, com discursos profissionais que resgataram o pensamento social marxista, de conteúdos que optaram pela mudança social e compreender a consciência como um objetivo profissional.

É verdade que as discussões em eventos anteriores giraram em torno do papel dos profissionais como agentes de mudança, no entanto, nestas Jornadas o tom foi mais fortemente voltado para a população oprimida e pelo

papel revolucionário do assistente social. Em outras palavras, eles representavam “*el período de mayor influencia reconceptualizadora y radical en España en cuanto a propuestas de cambio social*” (MORAN CARRILLO e DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 200).

Nesse sentido, o que era exigido aos assistentes sociais era uma análise da realidade espanhola através do método dialético. Nos debates e sínteses produzidos sobre ideologia, estrutura, ciência e Serviço Social, dialética da mudança e classe social, *concientización y concienciación*, encontramos especialmente citados: Marx, Althusser, Mao Tse Tung e Lennin. Encontramos nestes debates, algumas tendências na perspectiva de considerar o assistente como agente de mudança - terminologia transcrita do Serviço Social Latino-Americano -, bem como a existência de um grupo que se opõe a essa compreensão da profissão. Pretendia-se banir a imagem da beneficência e do assistencialismo do Serviço Social para promover o processo de mudança “*ya que las estructuras socio-políticas son injustas*” (GSTAAA, 1971, p.92). Anteriormente, na Conferência que se realizou em Palma de Mallorca em outubro de 1970, em meio a uma crise na profissão e que se intitulou “*Problemática actual del Asistente social en el ejercicio de la profesión*”, se falava da: “*profesión...imposible en las circunstancias actuales, en crisis y necesitada de Reconceptualización, señalando la estructura capitalista como el origen y, por tanto, culpable de la injusticia, la falta de educación, etc...*” (COLOMER, 2009, p. 158).

O Serviço Social, neste período da “transição democrática”, teve a oportunidade de realizar uma busca por romper com as práticas benéfico-assistencialistas que marcaram a época franquista para uma intervenção comunitária baseada em uma convicção política de resistência ao regime franquista. E o Movimento de Reconceituação jogou um papel fundamental neste processo:

El trabajo social en la década de los sesenta no había nada. En el aspecto que era asistencial, benéfico, de alguna manera asistencialista. Luego cuando nosotras empezamos a trabajar en los barrios hicimos lo que llamaba resistencia al franquismo a través del trabajo social comunitario. De alguna manera procurábamos sensibilizar a la gente de los barrios. Resistir al franquismo e ir hacia arriba, es decir que el país se transformara. Y eso se consiguió en los años setenta. (...) Lo que queríamos era luchar contra Franco, hacíamos la resistencia franquista. La colaboración de la

reconceptualización a mí me sirvió muchísimo. Teníamos muchos libros sobre la reconceptualización y además Ezequiel Ander-Egg vino aquí en el Grupo de Investigación en Trabajo Social (...) sus libros, era lo que de alguna manera leíamos, Natalio Kisnerman también lo conocíamos y todo lo que venía de la reconceptualización para nosotros era el “maná”. Eran los años exactamente antes que se muriera el dictador aquél (DOMENECH, 2018).

Em julho de 1977 o Serviço Social se incorporou ao sistema de Segurança Social que junto ao Real Decreto Ley de 16 de novembro de 1978 legitimavam os Serviços Sociais como âmbito de atuação e como entidades gestoras o Instituto Nacional de la Seguridad Social - INS, o Instituto Nacional de la Salud - INSALUD, e o Instituto Nacional de Servicios Sociales – INSERSO, orientado para pessoas com diversidades funcionais especiais e pessoas idosas (DOMENECH, 1990).

Podemos observar, portanto, que ao mesmo tempo que um coletivo profissional defendia um Serviço Social comprometido com as bases sociais urbanas e camponesas, se concretizava o nascimento do Sistema público de Serviços Sociais (reivindicação histórica dos assistentes sociais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de mudanças econômicas, sociais e políticas em Espanha durante a segunda metade do século XX estão intrinsecamente associados à construção da profissão, sua evolução e transformação.

Neste sentido, das questões refletidas neste artigo destacamos que os movimentos de protesto e luta pela liberdade e democracia, e o movimento operário na realidade espanhola têm impactado a profissão. Eles são revelados como um dos muitos determinantes que levaram assistentes sociais problematizar, questionar e refletir sobre práticas profissionais ligados ao modelo de assistência caritativa em métodos nascidos e importados dos Estados Unidos, ao tomar contato Movimento de Reconciliação da América Latina.

Pela primeira vez neste processo de auto definição e buscando o reconhecimento profissional, assistentes sociais, associações e escolas, são organizadas para desenvolver uma proposta de trabalho social em resposta à realidade e às necessidades da sociedade espanhola.

Além disso, note que a influência mais direta do Movimento de Reconceituação era a profissão mais politizada, a maioria dos setores progressistas aqueles comprometidos com movimentos sociais contra o regime de Franco e tentando combinando elementos ideológicos e científicos a partir de um sentido de compromisso profissional para a mudança social, e a influência de teorias marxistas e revolucionárias do tempo comprometido com a mudança política, e chegar a Espanha através de documentos e literatura profissional na América Latina, em congressos e conferências, reuniões de associações de assistentes redes sociais e escolas de formação. O mais importante em Espanha, o processo de influência da reconceituação ocorre nos anos 70 para os anos 80, em um contexto onde falamos sobre a crise da profissão, e em torno dos seguintes elementos centrais do mesmo (FEU, 2007): assistentes sociais como agente de mudança; a conscientização da população e a busca por uma metodologia mais integral da intervenção.

Referindo-se a este último, observou como influências Movimento Reconceituação envolvendo uma mudança na perspectiva ideológica através da busca de mudança social também exigirá uma mudança na metodologia de trabalho social que tinha sido influenciado pelas teorias Europeu e anglo-saxão. Neste contexto, vale a pena mencionar, em particular, a influência do método básico de Colomer e do Seminário de Manresa de 1971, onde a necessidade do processo científico conhecer a realidade, em paralelo com as abordagens metodológicas para a conceituação surge.

Finalmente, em torno do MRLA em sua influência na Espanha, bem como a sua orientação em uma carreira destacamos a sua contribuição para a transformação da sociedade buscando a defesa das liberdades democráticas e melhorar as condições de vida. Pretendia-se que o assistente social fora agente “*concienciador*”, coincidindo com as ideias dos movimentos sociais e antifranquismo na Espanha.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, N. Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio editorial, 2007.

ANDER EGG, E. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 09, 1982.

ANDRÉS GÓMEZ, V. **III Encuentro de investigador@s sobre el franquismo y la transición**. Sevilla: Ed. Muñoz Moya, 1998. p. 458-467.

ANDRÉS, ELLIAS. **La Transición Política Española**: el espíritu del 12 de febrero. Televisión Española, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=psFr-LgCXRw>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

COLOMER, M. **El Trabajo social que yo he vivido**: impulso a la acción social y Consejo General de Colegios oficiales de diplomados en Trabajo Social. Barcelona, 2009.

COLOMER, M. **Método Básico de Trabajo Social**. FEISS: Euramérica S.A., 1973

DE LA RED, N.; BREZMES NIETO, M. **Introducción al Trabajo Social**. [S.l.]: Ed.: Alianza, 2003. p.131-152.

DOMENECH, R. Marco socio político del Trabajo Social y de los Servicios Sociales. **Documentación social**, v. 79, 65-82. 1990.

FERRER, J. Actitudes Burocraticas. **Revista de Treball Social**, Catalunya, n. 70, 1978.

FEU, M; RUBIOL, G. **Les Associacions d'assistents socials i el Col·legi de Treball Social de Catalunya**. 80 anys d'associacionisme professional (1934-2014). Barcelona: Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya, 2014.

FUSI, J. P. La reaparición de la conflictividad en la España de los sesenta. In: ESPAÑA bajo el franquismo. [S.l.]: Crítica, 1986. p. 160-169.

García Bartolomé, J. M. Perspectivas del Trabajo Social en el campo socio-político. RTS. **Revista de Treball Social**, v. 67, p. 29-31, 1977.

GOMEZ-FOUZ, SILVERIO. **La Brigadilla**. Cañada: Editor Gijon, 1998.

GÓMEZ OLIVER, M. El Movimiento Estudiantil español durante el Franquismo (1965-1975). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 81, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/652>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GRUPO DE SERVICIO TÉCNICO DE LA ASOCIACIÓN DE ASISTENTES SOCIALES DE BARCELONA (GSTAAA). **Revista de Treball Social**, Barcelona, n. 2, abr./jun,1971.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

MATEOS, A.; SOTO, Á. **Historia de España**. El final del franquismo, 1959-1975 La transformación de la sociedad española. 1997.

MATOS-SILVEIRA, R. Trabajo Social en España: contextos históricos, singularidades y desafíos actuales. **Revista Katálysi**, Florianópolis, v. 16, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179628922006>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MATTOS, M. B.; Vega R. (orgs.), **Trabalhadores, golpes e ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAN CARRILLO, J.M.; DÍAZ JIMÉNEZ, J.M. La profesionalización del Trabajo Social contemporáneo en España: Un análisis socio-histórico desde las aportaciones a los Congresos Nacionales de Trabajadoras/es Sociales 1968-2013. **Documentos de Trabajo Social**, n. 57. 2016.

MUNIESA, B. **Dictadura e Transición**: la España lampedusiana. La dictadura franquista. 1939-1975. Barcelona: Ed. Universitat de Barcelona. 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996

SAINZ CINTORA, A. Acción social y Trabajo social en España: una revisión histórica. **Acciones e Investigaciones Sociales**, n.13, 2001.

VI JORNADAS DE LEVANTE. **Revista de Treball Social**, Catalunya: Col·legi Oficial de TS de Catalunya, n. 58, 1975.

VILASECA OLLER, M. J. Revision de los Objetivos del Trabajo Social, Aquí y Ahora. In: COLOMER, M. **Método Básico de Trabajo Social**. FEISS: Euramérica, 1973.

ZAMANILLO, P. T. Fisonomíade los trabajadores sociales. Los problemas de la identidad profesional. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, n. 0, p. 85-103. 1987.

ZAMANILLO, P.T. El incierto acontecer en el trabajador social: logros, vacíos y proyectos. **Acciones e investigaciones sociales**, n. 11, 175-202. 2000.